

Relação entre Finanças Corporativas e Sustentabilidade: um Estudo de Caso Ligado à Pecuária na Amazônia¹

Annelise Vendramini Caridade, FEA USP

Professora Finanças Sustentáveis, FIA. Coordenadora de Finanças para Sustentabilidade, WWF Brasil. Doutoranda, FEA USP.
annelise@usp.br, anne_vendramini@yahoo.com.br

Relação Entre Finanças Corporativas e Sustentabilidade: Um Estudo de Caso ligado à Pecuária na Amazônia

Este artigo tem por objetivo apresentar a relação entre desenvolvimento sustentável, estratégias corporativas para a sustentabilidade e finanças corporativas. Para atingir seu objetivo, apresenta revisão bibliográfica sobre a relação entre estes três temas e discute um estudo de caso sobre o Grupo Bertin e a pecuária na Amazônia.

Palavras chave: desenvolvimento sustentável, estratégia, sustentabilidade, finanças corporativas

Relationship Between Corporate Finance and Sustainability: a Case Study related to Cattle Ranching in the Amazon

This article aims at presenting the relationship between sustainable development, sustainability corporate strategies and corporate finance. In order to accomplish its objective it is presented a bibliography review and a case study on the Bertin group and cattle ranching in the Amazon.

Key words: sustainable development, strategy, sustainability, corporate finance

Relación Entre las Finanzas Corporativas y la Sostenibilidad: Un Estudio de Caso Relacionado con la Ganadería en la Amazonia

Este artículo tiene como objetivo presentar la relación entre el desarrollo sostenible, las estrategias sostenibilidad empresarial y finanzas corporativas. Para lograr su objetivo, se presenta una revisión de la literatura sobre la relación entre estos tres temas y se analiza un estudio de caso de Bertin y la ganadería en la Amazonia.

Palabras clave: Desarrollo Sostenible, Estrategia, Sostenibilidad, Finanzas Corporativas

¹ A autora agradece à CAPES pelo financiamento da pesquisa e faz um agradecimento especial à Aline Angotti Carrara do WWF Brasil pela orientação quanto aos aspectos ligados à pecuária na Amazônia.

INTRODUÇÃO

Desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e finanças corporativas são termos que normalmente não são encontrados juntos em publicações. Este artigo procura analisar a relação entre estes três termos e para ilustrar esta relação, apresenta o caso do Grupo Bertin com a pecuária na Amazônia.

Objetivo

Este artigo tem por objetivo discutir a relação entre finanças corporativas e sustentabilidade. Neste sentido, apresenta o contexto do surgimento do desenvolvimento sustentável, sua transposição para as estratégias corporativas e, finalmente, para as finanças corporativas. O caso Bertin ligado à pecuária na Amazônia é aqui apresentado como ilustrativo desta relação.

Relevância

Tendo em vista que estudos que abordam a relação entre sustentabilidade e finanças são ainda escassos, este artigo busca jogar luz neste campo do conhecimento e contribuir para que os administradores financeiros conheçam alguns tipos de riscos ligados a aspectos socioambientais.

Metodologia

Trata-se de um estudo de caso único (Bertin), com dados primários obtidos junto a profissionais envolvidos na investigação realizada pelo Greenpeace. Os dados secundários foram obtidos por meio de livros, artigos e demais informações públicas relativas ao caso em questão.

Limitações

O método do estudo de caso apresenta uma limitação importante: a impossibilidade de se generalizar os resultados obtidos. Para Yin (2005) estudos de caso, da mesma forma que experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos. Nesse sentido, o estudo de caso tem por objetivo expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências.

SUSTENTABILIDADE & A ESTRATÉGIA CORPORATIVA

Desenvolvimento sustentável

Os desafios socioambientais do mundo contemporâneo são indiscutíveis. Questões como pobreza, fome, iniquidade de desenvolvimento humano, aliadas às questões ambientais como desertificação do solo, poluição severa, chuva ácida, poluição das águas, redução drástica da biodiversidade, mudanças climáticas - apenas para citar algumas -, impactam, de maneira crescente, as dimensões políticas e econômicas da vida em sociedade.

Tradicionalmente, o termo desenvolvimento vem sendo descrito ao longo dos anos como crescimento econômico. O modelo tradicional de desenvolvimento teve início logo após a II Guerra Mundial quando o objetivo da política de desenvolvimento econômico foi descrito como sendo o de melhorar os padrões de vida por todo o mundo, e de maneira constante prover mais produtos e serviços a uma população em crescimento. Uma série de diferentes objetivos coexistia com este propósito e, entre eles, a reconstrução da Europa, a abertura de mercado para os produtos ocidentais e a contenção do comunismo; tais ideais entraram em conflito com o advento da Guerra Fria. Acreditava-se que o investimento em infra-estrutura seria a base para industrialização e agricultura mais produtivas; com a missão de prover os recursos para os investimentos em infra-estrutura nas nações em desenvolvimento, foi criado o Banco Mundial durante a Conferência de Bretton Woods em Julho de 1944. (Harris, Wise, Gallagher, & Goodwin, 2001)

Este pressuposto acerca do desenvolvimento e os limites sociais e ambientais do crescimento econômico começaram a enfrentar duras críticas a partir de 1970. O argumento principal era que o foco do desenvolvimento deveria ser o suprimento das necessidades básicas tais como educação, nutrição, saúde, higiene e emprego para os pobres, sob a alegação que os benefícios do desenvolvimento – como pensado até aquele momento - não necessariamente atingiam os mais necessitados. Inspirada por esta perspectiva mais humanista, a UNDP – United Nations Development Programme criou em 1990 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mescla indicadores de saúde e educação, assim como o PIB, para calcular o índice geral de desenvolvimento.

Acredita-se que o surgimento e difusão do termo desenvolvimento sustentável se deva ao relatório da Comissão Brundtland, *Our Common Future*, segundo o qual, o desenvolvimento sustentável é aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades” (WCDE, 1987 apud (Howarth, 1997)). O trecho abaixo, extraído do relatório, explica a importância e urgência do debate sobre o desenvolvimento sustentável:

“Muitos dos atuais esforços para manter o progresso humano, atender às necessidades humanas e realizar as ambições humanas são simplesmente insustentáveis – tanto nas nações ricas quanto nas pobres. Elas retiram demais, e a um ritmo acelerado demais, de uma conta de recursos ambientais já descoberto, e no futuro não poderão esperar outra coisa que não a insolvência dessa conta. Podem apresentar lucro nos balancetes da geração atual, mas nossos filhos herdarão os prejuízos. Tomamos um capital ambiental emprestado às gerações futuras, sem qualquer intenção ou perspectiva de devolvê-lo”. (Brundtland, 1991 apud (Marcovitch, 2006, p. 39))

As reflexões sobre desenvolvimento sustentável são dirigidas a organização clássica da vida econômica. Os economistas clássicos dos séculos XVIII e XIX consideravam os recursos ambientais necessários para a atividade econômica de duas formas: como não-escassos (como o ar) ou não-esgotáveis (como a terra arável). Desta forma, um aumento no volume da produção econômica de um ano para outro representava não apenas um ganho – oriundo do aumento do consumo imediato-, como também uma melhoria na base de recursos sobre a qual os futuros resultados da atividade econômica poderiam ser atingidos. O sucesso no curto prazo era resultado tanto do aumento do potencial de consumo como do acúmulo de capital no longo prazo. Crescimento sustentável era, portanto, a manutenção do crescimento de curto prazo. Porém, os recursos naturais são esgotáveis e serviços ambientais essenciais podem ser irreversivelmente prejudicados em razão de poluição ou mudanças no ecossistema. Portanto, a atividade econômica pode ter altos custos de oportunidade intertemporais. A existência destas irreversibilidades altera a relação clássica entre desempenho de curto-prazo e prospectos de longo-prazo para (i) a produção econômica e níveis de consumo; e (ii) a sustentação dos ciclos de renovação dos recursos e das funções ambientais que apóiam a vida e que estão na base da atividade econômica. Deste modo, é possível reconhecer que o curto e longo prazos podem estar em conflito; a busca pelo crescimento econômico rápido como objetivo de curto-prazo pode impossibilitar o bem-estar econômico das futuras gerações. (Faucheux, Muir, & O'connor, 1997). Neste sentido, cabe ressaltar que talvez estejamos iniciando uma era em que justamente o capital natural – e não mais o manufaturado e o humano – será o limitador da atividade econômica (Lovins, Lovins, & Hawken, 2000)).

De maneira geral, o conceito de desenvolvimento sustentável estabelece objetivos multidimensionais ao considerar três aspectos essenciais para o desenvolvimento: (i) econômico – um sistema economicamente sustentável deve ser capaz de produzir produtos e serviços continuamente, manter níveis de dívidas governamental e externa gerenciáveis, evitar desequilíbrios setoriais que prejudicam a produção industrial e agrícola; (ii) ambiental – um sistema ambientalmente sustentável mantém uma base estável de recursos, evitando a superexploração de recursos renováveis ou a degeneração ambiental e o uso de recursos não renováveis somente na extensão em que investimentos forem feitos em substitutos adequados; inclui manutenção da biodiversidade, estabilidade da atmosfera e outras funções ecossistêmicas não comumente classificadas como recursos econômicos; (iii) social – um sistema socialmente sustentável obtém justiça na distribuição de renda e oportunidades, provisão adequada de serviços sociais, incluindo saúde e educação, tratamento igualitários dos gêneros e participação e assunção de responsabilidades por parte do governo. (Harris, Wise, Gallagher, & Goodwin, 2001)

Sustentabilidade e suas implicações para a gestão das organizações

Atualmente, a gestão dos fatores econômicos, culturais e políticos nas organizações é ainda mais complexa ao considerar-se a questão da sustentabilidade; as sociedades ao redor do mundo têm demonstrado apurado senso crítico em relação às atividades das empresas, seja pelos efeitos negativos que causam no ambiente natural ou nas comunidades em que atuam. Tradicionalmente, as discussões relacionadas às práticas de gestão responsáveis estiveram ligadas ao comportamento das empresas de países desenvolvidos em economias em desenvolvimento; porém, à medida que empresas de países em desenvolvimento expandem internacionalmente, seus comportamentos serão avaliados com o mesmo rigor e os mesmos critérios éticos. (Unctad, 2006) Isto se

torna especialmente crítico em um mundo conectado, onde as informações, verdadeiras ou não, são transmitidas com a rapidez da internet.

Desde a década de 1960, começam a surgir as principais organizações não-governamentais (ONGs) em defesa do meio ambiente, fortalecendo novos atores que contribuem para amplificar as vozes deste debate, aumentando a pressão sobre governos e empresas por ações sociais e ambientalmente responsáveis. Desde então, vimos surgir ONGs com ações globais em defesa do meio ambiente (como Greenpeace, WWF e The Natural Step), diversas conferências internacionais em defesa do ambiente natural (como Estocolmo, Brundtland, Rio 92), assinatura e ratificação do Protocolo de Kyoto e outros pactos globais (como o Global Compact e os Objetivos do Milênio), criação de selos de certificação ambiental (como o Blue Angel e o FSC), criação dos índices de sustentabilidade em diferentes mercados (como Estados Unidos, Europa, África do Sul, Austrália e Brasil), acordo entre bancos para concessão de crédito baseado também em análises socioambientais (o Equator Principles) e diversas leis, espalhadas pelo mundo, regulando e restringindo as atividades empresariais em razão de preocupações socioambientais. As fontes de pressão agindo sobre as organizações para que incluam as variáveis socioambientais na formulação e gestão estratégica são diversas e ganham escala global.

Mas o que seria uma empresa sustentável? Uma empresa que busque ser sustentável é aquela que contribui para o desenvolvimento sustentável ao gerar, simultaneamente, benefícios econômicos, sociais e ambientais. (Hart & Milstein, Maio/Jul 2004) Trata-se do *triple bottom line*. Uma empresa sustentável considera interconectados os seus interesses de negócios e os interesses do ambiente natural e da sociedade. Assim, sustentabilidade é a arte de fazer negócios em um mundo interdependente; significa conduzir os negócios de maneira a causar o menor impacto e dano sobre as criaturas vivas e não causar exaustão no ambiente natural, mas antes, restaurar e enriquecê-lo. Sustentabilidade também significa operar um negócio reconhecendo a necessidade e interesses de outras partes - tais como, grupos da comunidade, instituições educacionais e religiosas, a força de trabalho, o público – e que este reconhecimento não esgarça, mas ao contrário, reforça a rede de relações que mantêm estas diferentes partes unidas. Para isto, a organização deve (i) identificar um espectro largo de partes interessadas a quem a organização deve prestar contas; (ii) desenvolver um relacionamento transparente com elas; e (iii) encontrar caminhos para trabalhar com estas partes interessadas gerando benefício mútuo. Neste contexto, a gestão das relações com os *stakeholders* ganha contornos estratégicos. No longo prazo, criará mais lucro para a companhia e maior prosperidade social, econômica e ambiental para a sociedade. (Savitz & Weber, 2006)

Em geral, as organizações enfrentam o seguinte dilema: ou ignoram as crescentes restrições impostas pelas sociedades às suas operações ou adotam uma postura estratégica frente a elas e legitimam suas operações. Ambas resultam em uma opção estratégica que gera reflexos no processo de gestão e que impactam a prosperidade e sobrevivência futura da empresa. Se optar por afastar-se da gestão voltada exclusivamente para a rentabilidade - e passar a considerar as restrições organizadas pela sociedade para suas operações-, a firma perde a clareza (existente, em algum grau, até este momento) quanto aos principais objetivos e meios de alcançá-los. Ao refletir sobre a adoção de uma estratégia de legitimação, a empresa deve reunir três principais elementos: (a) análise dos objetivos, levando-se em conta que devem refletir as aspirações dos *stakeho-*

ders cujos interesses a empresa quer atender; cabe ressaltar que neste novo modelo estratégico, os gestores encontrarão objetivos antagônicos aos de rentabilidade e valorização do capital; (b) análise das restrições; em oposição ao modelo da livre iniciativa (onde a empresa se opõe a quaisquer restrições para sua atuação), na estratégia de legitimação da empresa, esta deve lidar com as restrições às suas operações, avaliando o impacto real destas restrições e assumindo uma posição estratégica quanto a cada uma das restrições; (c) análise estratégica do campo de poder, avaliando as preferências que os grupos de *stakeholders* influentes tenderão a defender durante os processos de negociação política. (Ansoff & McDonnell, 1993).

Mas os modelos de negócios mudam também em função de regulações e legislações mais rígidas, em nível global. A área ambiental é uma área crescente de regulamentação governamental; desde a década de 1980 um grande número de acordos ambientais internacionais tem sido incorporado nas legislações ambientais nacionais. A política ambiental visa corrigir as externalidades negativas e, conseqüentemente, tem impacto sobre as forças de mercado. (Albrecht, 2001)

O tema sustentabilidade aplicado à gestão empresarial é hoje discutido globalmente. Assim, torna-se imprescindível considerá-lo ao longo do processo de formulação e implantação das estratégias corporativas e mais especificamente, na gestão das finanças das organizações.

SUSTENTABILIDADE & FINANÇAS CORPORATIVAS

Finanças é o estudo de como as pessoas alocam recursos escassos ao longo do tempo. Dois aspectos distinguem as decisões financeiras de outras decisões de alocações de recursos: os custos e benefícios das decisões financeiras são (i) irradiados ao longo do tempo e (ii) geralmente não são conhecidos com certeza antecipadamente pelos tomadores de decisão, ou seja, as decisões financeiras trabalham com algum grau de incerteza. (Bodie & Merton, 1998)

Na visão clássica, o objetivo estratégico da administração financeira é a maximização da riqueza do acionista, por meio da maximização do preço da ação. (Brigham, Gapenski, & Ehrhardt, 1999)

Ao buscar a maximização do valor da ação, as empresas também geram benefícios para a sociedade, excluindo-se atitudes ilegais como tentativas de formação de monopólios, violação de códigos de segurança e falência de agir de acordo com os padrões de emissão de poluição. Os benefícios para a sociedade da busca pela maximização do valor da ação são: (i) com o surgimento e desenvolvimento dos fundos de pensão, seguradoras, fundos mútuos, os acionistas agora são parte da sociedade, ao contrário do modelo anterior, em que as ações das empresas estavam concentradas nas mãos de um segmento pequeno e não representativo da sociedade, formado por indivíduos muito ricos. Atualmente, um número maior de membros da sociedade tem acesso aos mercados acionários, seja de maneira direta ou indireta. Assim, quando um gestor toma uma decisão no sentido de maximizar o preço da ação, potencialmente melhora a qualidade de vida de milhões de cidadãos comuns; (ii) a maximização do valor da ação requer negócios que produzam bens e serviços de alta qualidade a baixos custos. Isto significa que as empresas precisam produzir produtos e serviços que os consumidores desejem e precisem, levando ao desenvolvimento de novas tecnologias e novos produtos. Em uma economia competitiva, os preços são dados pelo mercado e seus aumentos cerceados pela competição e pela resistência do consumidor. Ao aumentar seus preços além dos limites razoáveis, a firma perde *market share*. (iii) ao buscar a ma-

ximização do preço da ação, as empresas crescem e contratam mais funcionários, beneficiando toda a sociedade. Há exceções, como os casos das empresas que têm o valor da ação aumentado ao anunciar cortes de funcionários. Vistos em um horizonte mais largo, estes casos são exceções, não regras. (Brigham, Gapenski, & Ehrhardt, 1999)

O encontro dos termos finanças e sustentabilidade na literatura ainda é bastante incomum. Para Soppe (2004), 'finanças sustentáveis' contempla o universo inteiro dos *Social Responsible Investments* (SRIs), Responsabilidade Social Corporativa, *sustainable banking* e *sustainable corporate finance*. 'Finanças sustentáveis' lidam com as políticas institucionais, ou sistemas de análises onde todas as decisões financeiras visam uma abordagem integrada para maximizar a missão social, ambiental e econômica de uma firma. Soppe (2004) apresenta também um novo termo no campo de finanças: *Sustainable Corporate Finance* (SCF). O termo finanças corporativas sustentáveis refere-se a uma abordagem com múltiplos atributos para as finanças de uma companhia de forma que todos os seus elementos financeiros, sociais e ambientais estejam inter-relacionados e integrados. (Soppe, 2004)

Ainda segundo Soppe (2004), o conceito essencial da sustentabilidade é que existe uma conexão explícita entre presente e futuro. Em razão de sua capacidade de usar taxas de desconto, finanças é particularmente adequada para analisar os desenvolvimentos presentes e futuros. A aplicação do conceito de sustentabilidade a finanças é justificada por duas razões principais: em primeiro lugar, pela função estoque do dinheiro e do capital, o que implica que finanças é uma área adequada para realizar (ou não) as necessidades das gerações futuras. Os fundos de pensão são bons exemplos deste aspecto. Em segundo lugar, se os processos financeiros refletem os processos econômicos reais, ao contrário de serem fins em si mesmos, é importante criar uma política financeira que assegure a integridade e confiança no longo prazo. No longo prazo, disciplina contábil e transparência quanto a informações relevantes são requerimentos básicos do processo econômico real. As finanças sustentáveis ampliam os objetivos da firma: além do tradicional objetivo de risco e retorno, uma empresa deveria considerar, em sua política de financiamento, a inclusão de reivindicações futuras de aspectos sociais e ambientais como centrais em suas atividades, por dois motivos principais: a redução da atividade da empresa a mera geradora de fluxos de caixa não está alinhada com a responsabilidade moral da empresa perante a sociedade civil. A outra razão é que a natureza está se tornando um importante *value driver* do futuro próximo (em comparação com o capital como *value driver* no século XX). A natureza, neste caso, não está representada apenas pela qualidade física do ambiente natural, mas também pelo ambiente mental e moral dos agentes econômicos. Em outras palavras, se a existência da firma é resultado de um processo multidisciplinar (como acreditam os economistas comportamentais) seus objetivos também deveriam ser multidisciplinares. Assim, uma política financeira sustentável otimiza uma variável com objetivos em três dimensões, ou seja, o retorno sustentável esperado é o resultado da otimização no longo prazo das variáveis financeiras, sociais e ambientais. (Soppe, 2004)

Mas de que forma as pressões por sustentabilidade podem, efetivamente, atualmente impactar o valor econômico-financeiro das empresas?

Para a gestão financeira da organização, um dos mais relevantes impactos das pressões atuais por sustentabilidade é a possível restrição de acesso a capital, seja próprio ou de terceiros.

Quanto ao capital de terceiros, especialmente crédito de longo prazo: a prática dos bancos de considerar a análise socioambiental nos processos de concessão de crédito está cada vez mais

disseminada, especialmente a partir do surgimento dos Princípios do Equador. A restrição de acesso ao capital de terceiros tem impacto direto sobre os planos estratégicos (de longo prazo) traçados pela empresa e que possuem reflexos financeiros. As estratégias desenhadas - que, de maneira geral, contemplam planos de produção, marketing, recursos humanos, entre outros - requerem dispêndios de capital. Ausência de crédito ou taxas de juros excessivas (devido ao risco percebido) limitam a implantação dos planos estratégicos, além de piorar a estrutura de capital da empresa, elevando o custo médio ponderado de capital (WACC) e, portanto, reduzindo o valor econômico-financeiro da organização.

Quanto a restrição de acesso a capital próprio: o capital próprio consiste de fundos a longo prazo, fornecidos pelos acionistas. O custo do capital próprio é a taxa de retorno que os investidores exigem para realizar um investimento patrimonial em uma empresa (Damodaran, 2001). Os modelos para se estimar o custo do capital próprio consideram o nível de risco associado ao investimento. Desta maneira, quanto maior a percepção de risco, maior o retorno requerido pelos investidores. Fatores socioambientais podem elevar a percepção de risco do investidor (percepção por parte dos investidores de pobre gestão de risco por parte da empresa ou porque os investidores podem não querer envolver-se em negócios que possam causar danos em sua imagem e reputação).

Uma empresa que enfrente problemas de acesso a capital de terceiros e restrição de aporte de novos investidores, terá não apenas sua competitividade prejudicada como também sua continuidade. O caso abaixo ilustra como a gestão para sustentabilidade pode impactar negativamente o acesso a recursos de terceiros.

O CASO BERTIN E “A FARRA DO BOI NA AMAZÔNIA”

O desmatamento na Amazônia brasileira tem por principais causas a pecuária, a agricultura de larga escala e a agricultura de corte e queima. Mas entre estas atividades, a pecuária é a principal causadora do corte da floresta (Rivero, Almeida, Ávila, & Oliveira, 2009). Aproximadamente 75% das áreas desmatadas da Amazônia são ocupadas pela pecuária e a maior parte do desmatamento é ilegal. (Barreto & Silva, 2009)

Não é à toa, portanto, que a pressão social pela redução do desmatamento na Amazônia brasileira passa, obrigatoriamente, pelo monitoramento ativo das práticas da pecuária bovina neste bioma. Um exemplo recente desta “fiscalização social” das atividades de pecuária na Amazônia foi o relatório divulgado em Junho de 2009 chamado de “A Farra do Boi na Amazônia”, que apresenta os resultados de uma pesquisa conduzida por três anos pelo Greenpeace que rastreou o comércio de produtos pecuários, partindo das indústrias de processamento voltadas para exportação da Bertin, JBS e Marfrig no sul do Brasil até as fazendas fornecedoras de gado na Amazônia. Como resultado da investigação, o Greenpeace constatou que diversas fazendas envolvidas no desmatamento da Amazônia fornecem gado para estes frigoríficos. Constatou também que um dos frigoríficos do Bertin recebeu gado de uma fazenda localizada ilegalmente em Terra Indígena. A lei brasileira proíbe a ocupação de terras indígenas por não índios. Portanto, a presença de fazendas de gado em Terras Indígenas é ilegal. (Greenpeace, 2009)

O trabalho do Greenpeace rastreou também, ao longo da cadeia de valor dos frigoríficos, as marcas compradoras de couro e carne oriundos da cadeia do desmatamento da Amazônia. Ou seja, o objetivo era entender o destino final do produto do desmatamento. O resultado surpreende: empresas como Adidas, BMW, Carrefour, EuroStar, Ford, Honda, Gucci, IKEA, Kraft, Nike, Tesco, Toyota, Walmart, Pão-de-Açúcar. Também o Serviço Nacional de Saúde do Reino Unido e as forças militares britânica, holandesa, italiana, espanhola e norte-americana foram implicadas no estudo. O produto do desmatamento (carne e/ou couro de gado oriundo do desmatamento da Amazônia) é ofertado internacionalmente para diversos países, tais como China, nos Estados Unidos, Itália, Reino Unido. No estudo, o Greenpeace se baseou em dados do governo para o setor, auditorias governamentais e imagens de satélite; em Marabá, por exemplo, as imagens de satélite do Greenpeace mostram que seis fazendas que fornecem gado para a unidade da Bertin na região têm áreas desmatadas que excedem o limite legal de 20% imposto pelo Código Florestal. A investigação do Greenpeace também identificou trabalho escravo em fazendas fornecedoras dos três frigoríficos (Greenpeace, 2009)

A investigação do Greenpeace teve grande repercussão. Em Junho de 2009, o Ministério Público Federal do Pará e o IBAMA ajuizaram ações contra 21 fazendas, incluindo a situada em Terra Indígena e os 13 frigoríficos que compraram gado dessas fazendas. Adicionalmente, o Ministério Público Federal do Pará criou o Programa Carne Legal que busca legalizar fazendas sob os aspectos sociais, ambientais, trabalhistas e fundiários. ((Barreto & Silva, 2009); (MPF, 2011))

Segundo Barreto e Silva (2009, p. 1)

“Em menos de um mês do início da ação do MPF do Pará e da campanha do Greenpeace, 35 redes varejistas e indústrias suspenderam contratos com os frigoríficos envolvidos na ação. A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) anunciou, em Agosto de 2009, que exigiria certificação para atestar origem da carne bovina dos frigoríficos das quais compra.”

Também em 2009, na esteira da repercussão do relatório do Greenpeace, representantes da cadeia produtiva da carne fundaram o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável, que tem por objetivo discutir critérios socioambientais para a cadeia da carne. Participam do GT frigoríficos, como o Bertin, Marfrig, Frigor e JBS; bancos (Santander, Bradesco, Itaú, Banco da Amazônia, Rabobank, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a International Finance Corporation; supermercados (Walmart e o Carrefour), entidades, como a Associação de Criadores de Mato Grosso, e ONGs, como o Instituto Ethos, o WWF, o Instituto Akatu, o Greenpeace e o Instituto Socioambiental (ISA). (Ethos)

Também, como resultado da investigação, Carrefour, Walmart e Pão-de-Açúcar anunciaram a suspensão de compras de carne bovina procedentes das fazendas citadas pelo relatório do Greenpeace. E o BNDES estabeleceu novas diretrizes socioambientais para financiamento da pecuária, incluindo adesão ao sistema de rastreabilidade, regularidade ambiental de toda a cadeia produtiva e auditoria ambiental independente. (Barreto & Silva, 2009)

O frigorífico Bertin foi duramente citado no relatório do Greenpeace pelos seus vínculos comerciais com fazendas ligadas ao desmatamento da Amazônia.

Bertin e o IFC

O grupo Bertin foi fundado em 1977 em Lins, interior de São Paulo. Originalmente fundado para comercializar carne bovina, o grupo expandiu-se e atualmente possui atuação diversificada, com negócios nos setores de energia, infraestrutura, equipamentos de proteção individual, higiene e beleza, agropecuária, higienização industrial, hotelaria e empreendimentos imobiliários. Em 2009, a fusão da empresa de proteína animal do grupo Bertin (a Bertin S.A) com o JBS e criou a maior empresa de proteína animal do mundo. (Bertin)

Em 2007, o International Finance Corporation (IFC), banco de desenvolvimento voltado ao setor privado pertencente ao Grupo do Banco Mundial, aprovou um empréstimo corporativo no valor de US\$90 milhões para financiar investimentos nas divisões de alimentos e beneficiamento de couro do Grupo Bertin. O projeto envolvia a expansão das instalações, incluindo as de um frigorífico adquirido pela empresa em Marabá, no Pará, em 2005 e o aumento de suas operações no Mato Grosso. O investimento do Bertin, financiado pelo IFC, visava aumentar sua capacidade de abate em mais 5.000 cabeças/dia. (IFC, 2006)

O IFC possui *guidelines* que estabelecem referências técnicas de desempenho em Meio Ambiente, Saúde e Segurança (EHS, na sigla em inglês; *Environmental, Health and Safety*). Estas *guidelines* estabelecem padrões de desempenho gerais - válidos para todos os projetos em que o banco se envolve-, e padrões específicos por indústria. Estas diretrizes devem ser aplicadas a todos os projetos sempre que uma ou mais organizações do grupo do Banco Mundial² estiverem envolvidas. Há *guidelines* específicas para o setor da pecuária bovina, estabelecendo o que seriam padrões de desempenho adequados para o setor quanto aos aspectos ambientais, de saúde e segurança. Quanto aos ambientais, as *guidelines* versam sobre gestão de resíduos, esgoto, emissões aéreas - incluindo de gases de efeito estufa -, gestão de materiais tóxicos, impactos ecológicos e doenças animais. E quanto aos aspectos de saúde e segurança, consideram exposição a produtos tóxicos, impactos sobre as comunidades próximas, segurança dos alimentos (risco de infecção nos seres humanos em função de ingestão de carne animal), entre outros. (IFC, 2007)

Após um Estudo de Impacto Ambiental e Social conduzido pelo IFC no abatedouro de Marabá e para sua cadeia de suprimento, seguindo as diretrizes e padrões de desempenho socioambiental do banco, o projeto Bertin foi considerado Categoria A. Isso significa que na opinião técnica do banco, o projeto apresenta impactos socioambientais bastante significativos, gerando impactos irreversíveis e sem precedentes. O banco classifica os projetos de A a C, sendo A os de maior impacto socioambiental e C os de menor. Na avaliação socioambiental do IFC, foi expresso que: (IFC, 2006)

- Quanto a trabalho escravo: [...] “Em certas áreas do Brasil onde o Bertin opera, como as do Estado do Pará, pode haver trabalho escravo ao longo da cadeia de suprimento.
- Quanto à aquisição de terras: [...] “Aquisição ilegal de terras e situação fundiária irregular são endêmicas em várias áreas do Brasil, particularmente no Estado do Pará. Numero-

² Organizações do grupo do Banco Mundial: International Bank for Reconstruction and Development (IBRD), International Development Association (IDA), International Finance Corporation (IFC), the Multilateral Investment Guarantee Agency (MIGA) and the International Centre for Settlement of Investment Disputes (ICSID).

sas fazendas na cadeia de suprimentos do Bertin não tem direito legal à terra ou apresentam documentação fraudulenta”.

- Povos indígenas: [...] “Foram mapeadas reservas indígenas na área de influência da planta de Marabá do Bertin. Também, há uma reserva indígena na área de influência de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) de propriedade do Bertin, chamada de Sacre 2.”

Como resposta à avaliação socioambiental do IFC e para obter o financiamento desejado, o Bertin apresentou ao banco um plano de ação para mitigação dos impactos negativos socioambientais identificados pelo banco. Também se comprometeu a obedecer aos requisitos socioambientais previstos nas diretrizes de meio-ambiente, saúde e segurança do banco. Entre as medidas acordadas entre o banco e o Bertin, estão, entre outras: (i) o compromisso do grupo Bertin em rever suas práticas de compra de gado para evitar a compra de gado de fazendas listadas na lista negra do Ministério do Trabalho por trabalho escravo; (ii) o compromisso do grupo em rever seus procedimentos de compra de gado proibindo a compra de gado de fazendeiros com problemas fundiários; (iii) medidas preventivas nas atividades de compra de gado para evitar interferências nas áreas indígenas; e (iv) a preparação de um plano de desenvolvimento para a reserva indígena na área de influência de Sacre 2. (IFC, 2006)

Duas semanas após a publicação do relatório do Greenpeace, o IFC veio a público anunciar que a sua diretoria executiva chegou a um acordo com o Bertin para descontinuar a parceria, sem dar maiores detalhes das razões para esta decisão. Entretanto, na mesma nota, o IFC reafirma, de maneira contundente, seu compromisso em promover a sustentabilidade no setor de carne bovina no Brasil. Dos US\$90 milhões originalmente previstos, US\$60 milhões já haviam sido desembolsados pelo banco e tiveram de ser devolvidos pelo Bertin. E o repasse da parcela remanescente de US\$30 milhões foi cancelado. (ECO, 2009) (IFC, 2006)

CONCLUSÕES

Este *paper* procurou refletir algumas das discussões atuais sobre sustentabilidade e sua relação com finanças corporativas. As pressões sobre as organizações para que incluam variáveis sociais e ambientais em seus processos de gestão sinalizam mudanças importantes no ambiente institucional. Estas mudanças não são triviais e vêm espelhando, paulatinamente, a percepção da sociedade sobre os altos custos de oportunidade intertemporais das atividades econômicas. As reflexões sobre o caso Bertin aqui discutidas procuram sinalizar que há algo de novo no mundo das finanças e que contribui para que as empresas internalizem parte dos custos externos que impõem à sociedade. Os investidores devem se interessar pela gestão voltada para a sustentabilidade das empresas que recebem seus fundos, na medida em que cada vez mais são percebidos pela sociedade como co-responsáveis por eventuais danos socioambientais causados pelos projetos que financiam. Como ilustrado pelo caso Bertin e o relatório da “Farra do Boi na Amazônia”, o ativismo social sobre as empresas é crescente e vai além dos portões da firma para incluir sua cadeia de valor; é cada vez mais estruturado e amparado em fatos e dados obtidos empiricamente; e o acesso legítimo e legal aos recursos naturais será limitador da atividade econômica. Uma nova era para o mundo da gestão está chegando. Os administradores financeiros que desejam

contribuir para a competitividade dos negócios em que estão envolvidos precisam, portanto, conhecer profundamente e gerenciar as novas categorias de riscos e oportunidades ligadas aos aspectos socioambientais.

Bibliografia

- Albrecht, J. G. (2001). http://papers.ssrn.com/paper.taf?abstract_id=275871. Acesso em 28 de 04 de 2008, disponível em Schumpeter and the Rise of Modern Environmentalism. Social Science Research Network Electronic Paper Collection. Milano: Fondazione Eni Enrico Mattei.
- Ansoff, I. H., & McDonnell, E. J. (1993). *Implantando a Administração Estratégica* (2ª ed.). São Paulo, Atlas.
- Barreto, P., & Silva, D. (2009). www.imazon.org.br. Acesso em 02 de 04 de 2011, disponível em Os Desafios para uma Pecuária mais Sustentável na Amazônia. In O Estado da Amazônia.
- Bertin. (s.d.). http://www2.grupobertin.com.br/Jornalistas_Detalhes.aspx?PageId=Release&Id=1. Acesso em 12 de 08 de 2011
- Bodie, Z., & Merton, R. C. (1998). *Finance*. United States: Prentice Hall.
- Brigham, E. F. (1999). *Financial Management: Theory and Practice* (9a ed.). United States: Harcourt.
- Damodaran, A. (2001). *Avaliação de Investimentos: Ferramentas e Técnicas para a Determinação do Valor de Qualquer Ativo*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- ECO, O. (2009). <http://www.oeco.com.br/curtas/21922?task=view>. Acesso em 11 de 08 de 2011, disponível em Cancelado Empréstimo ao Bertin.
- Ethos. (s.d.). Acesso em 11 de 08 de 2011, disponível em http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/2648/servicos_do_portal/noticias/itens/empresas_criam_o_grupo_de_trabalho_da_pecuaria_sustentavel.aspx.
- Faucheux, S., Muir, E., & O'connor, M. (1997). *Neoclassical Natural Capital Theory and "Weak" Indicators for Sustainability*. *Land Economics* (No. 4 ed., Vol. Vol. 73). University of Wisconsin Press .
- Greenpeace. (2009). *A Farra do Boi na Amazônia* . Acesso em 01 de 07 de 2011, disponível em <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Documentos/Farra-do-Boi-na-Amazonia>.
- Greenpeace. (s.d.). www.greenpeace.org.br. Acesso em 12 de 08 de 2011
- Harris, J., Wise, T., Gallagher, K., & Goodwin, N. (2001). *A Survey of Sustainable Development: Social and Economic Dimensions*. Washington: Island Press.
- Hart, S. L., & Milstein, M. B. (Maio/Jul 2004). Criando Valor Sustentável. *Revista de Administração de Empresas Executivo (RAE Executivo)* , Vol.3 (no.2), pp. 65-79.
- Howarth, R. (1997). Defining Sustainability: An Overview. *Land Economics* , Vol. 73 (No. 4), pp. 445-447.
- IFC, I. F. (2006). http://www.ifc.org/ifcext/spiwebsite1.nsf/ProjectDisplay/SPI_DP23792. Acesso em 12 de 08 de 2011, disponível em Summary of Proposed Investment (SPI).
- IFC, I. F. (2007). <http://www.ifc.org/ifcext/sustainability.nsf/Content/EHSGuidelines>. Acesso em 01 de 07 de 2011, disponível em Environmental, Health and Safety Guidelines for Mammalian Livestock Production.
- Lovins, A., Lovins, L. H., & Hawken, P. (2000). A Road Map for Natural Capitalism. *HARVARD Business Review – HBR: On Business and the environment* .
- Marcovitch, J. (2006). *Para Mudar O Futuro: Mudanças Climáticas, Políticas Públicas e Estratégias Empresariais*. São Paulo: Editora Saraiva.

- MPF, P. M. (2011). *Programa Carne Legal*. Acesso em 11 de 08 de 2011, disponível em <http://www.carnelegal.mpf.gov.br/carne/o-que-e>.
- Rivero, S., Almeida, O., Ávila, S., & Oliveira, W. (2009). Pecuária e Desmatamento: uma Análise das Principais Causas Diretas do Desmatamento da Amazônia. *Revista Nova Economia*, V.19, pp.41-66.
- Savitz, A. W., & Weber, K. (2006). *The Triple Bottom Line: How Today'S Best Run Companies Are Achieving Economic, Social And Environmental Success – And How You Can Too*. United States: John Wiley & Sons.
- Soppe, A. (2004). Sustainable Corporate Finance . *Journal of Business Ethics*, V. 53, P. 213–224.
- Unctad, U. N. (2006). <http://www.unctad.org.br/wir>. Acesso em 10 de 08 de 2011, disponível em World Investment Report 2006: FDI From Developing and Transition Economies: Implications for Development.
- Yin, R. (2005). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos* (3ª ed.). Porto Alegre: Bookman.

Recebido em 15/08/2011 Aprovado em 18/08/2011 Disponibilizado em 18/08/2011 Avaliado pelo sistema <i>double blind review</i>
